

## **NEGLIGÊNCIA ENUNCIATIVA: UM NOVO CONCEITO NA LEITURA DE PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM**

Perazzolo, Olga Araujo  
Universidade de Caxias do Sul (UCS) RS/Brasil  
[oaperazz@ucs.br](mailto:oaperazz@ucs.br)

Pereira, Siloe  
UCS/Brasil  
[spereira@ucs.br](mailto:spereira@ucs.br)

Prestes, Gelça Regina  
UCS/Brasil  
[grlpret@ucs.br](mailto:grlpret@ucs.br)

Santos, Márcia M. Capellano  
UCS/Brasil  
[mcsantos@ucs.br](mailto:mcsantos@ucs.br)

### **Resumo**

O trabalho apresenta o conceito do fenômeno da negligência enunciativa, concebido sob forma de construção teórica, derivada de análise de produções textuais, na forma escrita e discursiva, bem como as repercussões do fenômeno nos transtornos de aprendizagem e nos padrões disfuncionais de leitura em âmbito macrossocial. O termo indica a natureza do processo psicolinguístico implicado nas falhas compreensivas de enunciados, acarretando desvios e deformações na construção psíquica de sentidos, assim como na ação cooperativa do diálogo. Como resultado, o desenvolvimento das habilidades de leitura é deficitário, comprometendo a capacidade de compreensão e de aprendizagens formais. O fenômeno é concebido como indisciplina cognitiva, cuja origem parece associada, pelo menos, a padrões coletivos de comportamento ideativo; a modelos disfuncionais de comunicação primária, e/ou a processos psicoafetivos em que a negação e/ou a transgressão constituem mecanismos destacados. A negligência enunciativa, como processo que rompe com a expectativa interlocutória, diferencia-se dos transtornos de déficit de atenção, bem como de quadros de base neurológica, pelos indicadores de integridade das funções da atenção, percepção, pensamento e memória.

### **Introdução**

A realidade contemporânea, manifesta em suas múltiplas vozes e formas, vêm impondo ao homem o convívio com novos paradoxos. Após uma longa trajetória marcada por fronteiras delimitadas; por valores explícitos; por eixos norteadores do pensar e do sentir, eis que se instaura um espaço na posição inversa, cuja tônica é a ausência de marcos reguladores. Nesse contexto, o pensamento humano parece circular num universo transicional, tomando como referência os supostos de Winnicott (1989), em que os opostos coexistem de forma aparentemente pacífica; em que a experiência subjetiva do tudo ser e tudo ter matiza os cenários da vida cotidiana; em que o deslizamento impossível da finitude e da infinitude concomitantes emergem do imaginário. Como resultado, uma profunda crise parece estabelecida, envolvendo

desde a esfera ambiental, até os elementos mais essenciais do controle e da organização da sociedade.

Conceituações sociológicas amplamente difundidas, como as que nominam e explicitam a *era do vazio* proposta por Lipovetsky (1988), as que apontam a puerilidade e liquidez das relações (Bauman (2004), e que destacam o espetáculo como cerne da vida humana (Debord, 1997), dentre outras, bem desenham a feição caleidoscópica da contemporaneidade.

Como função básica de adaptação, o pensamento humano busca redimensionar ritmos e formas de acessar e lidar com as tantas realidades que se apresentam, com repercussões óbvias sobre o processo de aquisição de aprendizagens.

É nesse contexto que as dificuldades gerais do ensinar e do aprender vêm tomando lugar progressivamente maior, no âmbito da atenção acadêmica. Dentre as tantas perspectivas emergentes, destaca-se o problema de compreensão da deficiência primária de leitura e interpretação de texto. No plano da ação institucional, a psicopedagogia e demais áreas envolvidas com o desenvolvimento educativo, vem atuando fortemente na direção de intervir de forma precoce e de prevenir o avanço do número de crianças/sujeitos que apresentam dificuldades nessa área.

Também nos segmentos de pesquisas neurobiológicas e fonológicas, novos estudos vêm permitindo identificar, desde muito cedo, sinais reveladores de dificuldades futuras de aprendizagem de leitura e escrita, e tratar precocemente por meio da conscientização fônica (Capovilla, A.; Capovilla, F, 2000).

A leitura e a escrita são processos que despertam atenção pela importância que desempenham em todo processo de desenvolvimento educativo e, rigorosamente, no desenvolvimento global dos sujeitos. Na origem, autores como Piaget, Vygotsky, Emília Ferreiro, Ana Teberosky, entre outros, marcam a constituição de saberes que permitiram consolidar o espaço devido da atenção pedagógica e científica nesse campo, onde, hoje, muitos estudos convergem na direção de iluminar lacunas do conhecimento.

O estudo do fenômeno da Negligência Enunciativa se insere no conjunto desses esforços, tendo em vista contribuir para mapear os distintos processos e origens que intervêm na configuração de uma competência deficitária de compreensão textual, de diferentes níveis de significação e complexidade.

O objetivo básico da investigação foi o de definir e descrever o fenômeno, comumente identificado em crianças e adultos, de falhas importantes de compreensão e de produção textual e discursiva, tendo em vista ampliar o cabedal de conhecimentos de que se serve a psicopedagogia na abordagem das dificuldades de leitura e escrita e de aprendizagem de forma geral.

### **Considerações sobre o método**

O trabalho deriva de um conjunto de procedimentos associados, tendo em vista a coleta, organização, e interpretação qualitativa de dados, que culminaram na construção teórica do conceito de negligência enunciativa. Os dados foram coletados a partir de três fontes distintas: protocolos de respostas de alunos/sujeitos de uma pesquisa sobre estratégias pedagógicas, em fase de conclusão; registros de respostas verbais a questões formuladas em situação de ensino - aprendizagem; documentos/arquivos de entrevistas com familiares de crianças em processo de diagnóstico psicopedagógico.

Os estudos iniciais foram desencadeados a partir da leitura de protocolos de respostas de sujeitos de uma pesquisa sobre as repercussões da adoção de sistemas de perguntas específicas no processo de compreensão do texto didático – rede (Santos, 2002). A identificação do fenômeno, decorrentes de serendipismo, ou de achados não previsto imprevistos numa trajetória investigativa, conduziram à formulação de um novo projeto, envolvendo análise qualitativa das produções escritas, dos 48 sujeitos voluntários da pesquisa original.

A etapa seguinte consistiu na análise dos discursos verbais de alunos, em situação de ensino – aprendizagem, e na comparação com os resultados da fase precedente. A terceira etapa se caracterizou pela análise do discurso de familiares de crianças submetidas à diagnóstico psicopedagógico, e exame comparativo dos dois conjuntos de dados já obtidos.

### **Resultados, discussões e conclusões pertinentes**

Os resultados ora expostos reúne o conjunto de dados colhidos, analisados e interpretados, nas três fontes/circunstâncias referidas no item relativo à estratégia metodológica, do qual resultou o conceito de negligência enunciativa.

No que tange aos resultados da análise de documentos/textos escritos e orais produzidos por alunos de ensino superior, em resposta a perguntas de origem e natureza diversas, observou-se o que segue.

Um percentual superior a 55% dos sujeitos/registros evidenciou algum grau de disfunção na relação de sentido pergunta-resposta. De forma sintética, pode-se dizer que suas produções se caracterizaram como pararrespostas, ou seja, como construções textuais/ideativas que desenvolveram conteúdos paralelos ao que se esperava a partir do enunciado. Em outros casos, os sujeitos apenas “tocaram” em uma ou mais unidades de significação contidas nas perguntas (uma palavra, por exemplo), mas delas se afastaram em direções aleatórias. O “elo” significativo, portanto, não assegurou qualquer vínculo com o significado proposto no núcleo indagativo.

O fragmento a seguir apresentado, representativo do conjunto de respostas com características similares, extraídas de protocolos examinados, exemplifica o processo. No exemplo, o sujeito,

acadêmico de ensino superior, foi questionado sobre “quais aspectos podem ter influenciado na escolha do autor do texto indicado pelo professor para apresentar idéias sobre a importância do empreendedorismo na sociedade contemporânea.” (a questão tinha como objetivo averiguar a pertinência de destacar alguns referentes paratextuais, como: título; características e formação autor; formato do documento; dentre outros, para potencializar a qualidade compreensiva de textos didáticos – rede). Como resposta, o sujeito construiu o seguinte texto: *Um dos aspectos que, na atualidade, mais influencia no desenvolvimento da capacidade de ser empreendedor é o estudo com leitura de textos que facilitem a atualização constante, e a visão de novos negócios.*

A questão induzia o leitor a observar as qualificações do autor do texto e a apontar como fator de influência os diferenciais de sua formação e trajetória investigativa. Nesse sentido, respostas variadas poderiam emergir, enfocando ligações simples, como “influenciou o fato do autor conhecer o assunto”, ou “em razão do autor ser muito famoso”, ou articulando ideias mais complexas, como “um fator que pode ter influenciado na escolha do autor são suas convicções neoliberais, imprescindíveis à argumentação favorável sobre práticas empreendedoras”, dentre outras. De qualquer forma, o espaço disponibilizado para a resposta deveria estar circunscrito ao núcleo da indagação (*O que poderia justificar a escolha do autor?*).

No entanto, assim como verificado nos protocolos de um expressivo número de sujeitos, a questão não foi respondida. O conteúdo da produção/exemplo, embora contenha termos iguais ou associados ao enunciado (*aspectos; influído/influenciam; empreendedorismo/ser empreendedor, texto/textos*), não preenche a expectativa que se inaugurou com a pergunta. Ao contrário, o conjunto ideativo e o curso do discurso do “respondente” assumiram forma e direção distintas da esperada, e não previsíveis.

A alteração parece ter sido gerada na fase inicial do processamento cognitivo de compreensão do enunciado, através de um processo em que o leitor se “descuidou” do sentido proposto no “texto real”, construiu uma nova questão, e a respondeu, constituindo um pseudo efeito perlocutório.

Essa hipótese é fortalecida se efetuada a inversão da paráfrase, de modo a desvelar a “parapergunta”. No caso exemplificado, a questão construída pelo sujeito, e que posteriormente foi respondida por ele, poderia, dentre outras possibilidades, ser formulada da seguinte forma: *Comente sobre a influência do estudo, através da leitura de textos atualizados, para o desenvolvimento do empreendedorismo e da percepção de oportunidades de novos negócios na atualidade.* Nesse caso, a resposta do sujeito guardaria relação clara com a pergunta, e a dinâmica comunicativa poderia acionar dimensões comunicacionais e dialógicas (Bakhtin, 1992), produtivas, se o interlocutor não fosse ele próprio. Ou seja, em supondo verdadeiro o processo descrito, ocorre que os sujeitos se desprendem da semântica enunciativa do texto

original, criam ou formulam uma indagação, e a respondem de forma coerente (mesmo quando com imperfeições textuais, na estrutura, morfologia, etc).

Outros exemplos, representativos de um grande número de produções similares, verificadas em situação de ensino – aprendizagem, podem contribuir para ampliar a compreensão do processo que se busca explicitar. Na situação mencionada, foi proposto numa aula regular, que os alunos apresentassem, oralmente, suas “opiniões sobre a pena de morte, como recurso possível para inibir a ação de criminosos, e assim reduzir os índices de criminalidade no país (Brasil)”. (A questão foi escrita e se manteve acessível à leitura dos alunos, enquanto apresentavam suas opiniões. O debate, gravado, foi adotado como estratégia pedagógica com o objetivo de fomentar reflexões facilitadoras à introdução de temáticas da psicologia social). Eis algumas das respostas apresentadas pelos alunos: a) *Eu acredito que a pena de morte é a única forma desses criminosos pagarem pelo que fizeram, pois eles cometeram erros terríveis contra os cidadãos e contra a sociedade, e ainda contra as leis. Eles são mantidos vivos, alimentados, e passando os natais com as famílias, com o nosso dinheiro, dinheiro dos nossos impostos. Sou plenamente a favor da pena de morte.; b) A pena de morte pode ser um grave problema, porque os erros judiciais são sempre muito comuns e poderiam levar a condenar muitas pessoas inocentes. E não adiante, depois que já morreram, descobrir que foi outra pessoa e matar essa outra pessoa também; c) O criminoso, para mim, já nasce criminoso. Isso vem de sangue. Eu sei de famílias que têm gerações de pessoas que cometeram crimes: roubos, estupros, e sei de casos até de familiares que nunca se viram e nem se falaram e mesmo assim, em todas elas, ocorreram casos de problemas com a lei. Não adianta! Tem que matar esses caras.; d) Se Deus deu a vida, apenas Deus tem o direito de tirar. A igreja católica fala em entidades diabólicas, e muitas outras religiões também. Não sei se existem ou não, mas deve-se respeitar. Quando não se sabe toda a verdade sobre as coisas temos que ter humildade para ouvir os que podem nos apresentar alguma explicação. Se esses criminosos são resultado da ação de entidades do mal, é preciso que sejam purificados, ou sei lá o quê, mas não adiante matar.*

Conforme se percebe, nenhuma das respostas preencheu a lacuna proposta pela indagação (“A pena de morte pode inibir a ação criminosa?”). De outra parte, cada aluno cuja resposta está sendo apresentada como exemplo, parece ter respondido a uma questão enunciada por eles próprios, e, se assim foi, o fizeram de forma coerente e ideativamente organizada.

No primeiro caso (a), o aluno pode ter “construído” a seguinte questão: *Como os criminosos que cometeram erros graves devem ser punidos?* No segundo caso (b), a perguntar respondida parece ter sido: *Quais os problemas e riscos da adoção da pena de morte?* No terceiro exemplo (c), o aluno pode ter respondido à questão: *Qual a origem da criminalidade, e o que se deve*

*fazer com os criminosos?* E no último exemplo, a questão respondida pode ter sido: *Temos o direito de tirar a vida de alguém?*

Todas as “questões” (re)formuladas mantêm algum vínculo rudimentar com a questão original (abordam aspectos sobre os criminosos, a pena de morte, etc.), mas o sentido da nova enunciação se configura integralmente distinto do primariamente proposto.

Nos exemplos referidos, a coerência interna nas formulações das respostas, relativamente às questões elaboradas pelos próprios respondentes, evidencia competência inequívoca dos sujeitos para a organização do pensamento, diferindo, assim, das pararespostas geradas por transtornos dissociativos, ou de desagregação, ou de fuga de idéias, dentre outros (Dalgalarondo, 2008). Isso permite supor integridade do processo de constituição de unidades ideativas, no interior do texto pergunta – resposta, por parte do aluno. Dessa forma, a gestão cognitiva, integrada pelas etapas de planificação, controle e regulação, assim como os mecanismos automáticos que precedem e sucedem os ciclos da gestão ativada no diálogo (avaliação, seleção, e tratamento das unidades de sentido), não evidenciam alterações (Rouet, 1996).

Por fim, não há, também, qualquer indicador de comprometimento nas funções de base que sustentam todos esses processos (memória, atenção, percepção e pensamento). Em síntese, a pararesposta observada nesses casos não se caracteriza como uma desorganização semântica, se considerada a hipótese da negligência enunciativa. É nessa direção que a adoção do termo se justifica, considerando o suposto de tratar-se de uma indisciplina psicolinguística, da qual os sujeitos não têm ciência e controle, e, portanto, não dispõem de condições de crítica ou emissão de juízo.

O termo negligência foi adotado pela similaridade dinâmica com o fenômeno da negligência neurológica, verificada em portadores de lesão cerebral, em que um dos lados, oposto ao hemisfério onde a lesão se localiza, é “esquecido”, negligenciado, sem que os sujeitos se dêem conta ou possam controlar. Contudo, não há, no conceito ora apresentado, qualquer indicação de que o fenômeno tenha base neurológica, ou alguma associação etiológica primariamente psico-orgânica. Ao contrário, a natureza do fenômeno resultaria de alterações primárias de comunicação, acionando cadeias de aprendizagem tonalizadas e fortalecidas por um padrão habitual de diálogo disfuncional, e/ou por matizes afetivas.

Numa perspectiva, o fenômeno da “negligência enunciativa” deriva de uma deficitária aderência aos elementos essenciais do desfecho compreensivo, por movimentos indisciplinados de busca de significação. Hipoteticamente, se diria que, da enunciação, apenas alguns poucos signos são decodificados (palavras, fragmentos de frases), provocando um deslizamento aleatório por cadeias associativas singulares e desvinculadas do estímulo proposto. Esse desvio altera a

possibilidade de compreensão do texto de origem, e induz à constituição de um novo “todo”, resultante de significados “preenchidos” pelos próprios sujeitos.

Embora, como referido, a atenção e o pensamento não evidenciem alterações enquanto funções psíquicas, tendo em conta a capacidade de construir e responder perguntas, inclusive de elevado nível cognitivo, é pertinente supor que, na base da falha cognitiva da negligência: a) ocorra uma seleção de unidades do enunciado de interesse do enunciatário, ou seja, a eleição de apenas alguns elementos do texto, dos quais os sujeitos se servem para dar rumo às suas motivações ideativas; ou b) se configure um padrão de flacidez dos vínculos de compromisso de escuta com as idéias do locutor, caracterizando um meio, ainda que velado, de transgressão e de desqualificação do outro, e sobrevalorização do eu; ou, ainda, c) que se trate de um sistema arraigado de práticas de comunicação disfuncionais, constituídas ao longo das práticas de comunicação entre sujeitos, quer no âmbito das relações primárias, quer na esfera macro social. Esse último aspecto, em particular, deve ser pensado à luz do que foi denominado de analfabetismo funcional. O problema, que segundo levantamentos recentes, atinge cerca de 50% da população brasileira, e percentuais elevados em várias partes do mundo, constitui um problema silencioso e perverso que afeta a aprendizagem, a capacidade de trabalho, e o desempenho coletivo das empresas e das nações. No analfabetismo funcional, os sujeitos dominam os princípios da leitura e da escrita, dos símbolos e das operações matemáticas, e dispõem de recursos intelectuais que lhes permitem ascensão social e profissional. No entanto, a dificuldade reside na compreensão do texto, quer sob a forma escrita, e, muitas vezes, sob a forma oral. É possível que os sujeitos em que foram observados o fenômeno da negligência enunciativa possam estar inseridos no grupo classificado como de nível 2, ou seja, o nível caracterizado por um grau importante de comprometimento das habilidades compreensivas de leitura e escrita.

De acordo com o Instituto Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF/Brasil) existem três níveis distintos de alfabetização funcional: rudimentar, básica e plena, que são medidas através das habilidades específicas. Somente o nível pleno é considerado satisfatório, pois, subentende capacidade e autonomia de busca de informação e de ampliação das aprendizagens.

De qualquer forma, as repercussões desse processo têm importante impacto sobre a capacidade de compreensão da leitura, na qualidade e na dinâmica do diálogo, assim como no ritmo e na forma com que ocorrem avanços no desenvolvimento intelectual e pessoal.

Em síntese, na negligência enunciativa, haveria um padrão de falhas sucessivas de interpretação nos atos de ler/escutar. A dificuldade parece estar focada no desejo e/ou no compromisso de se apropriar do que “vem de fora”, enquanto que as articulações mentais necessárias ao



entendimento/interpretação, à formação de representações, e ao estabelecimento lógico de relações entre idéias, se manteriam íntegras.

Conforme referido no item relativo às dimensões metodológicas, um terceiro conjunto de dados foi utilizado para potencializar a análise e as discussões sobre o fenômeno da negligência enunciativa. Esse conjunto de dados foi examinado, primariamente, para o estudo de sinais no discurso parental/familiar de crianças com problemas de aprendizagem, de forma a identificar preditores de disfunções relacionais. A investigação envolveu crianças em situação de diagnóstico psicopedagógico, e nela foram encontradas semelhanças com os processos da negligência enunciativa.

Dentre os achados do estudo, observou-se a tendência de alguns pais de se (re)colocarem no lugar central do conteúdo descritivo/narrativo, retirando o filho do eixo de atenção do entrevistador. Para isso, fizeram uso de estratégias cognitivas peculiares, como a perversão dos elos lógicos de ligação pergunta - resposta, deformando a relação locutor/enunciador – interlocutor/enunciatário, e, portanto, rompendo o processo interlocutório, e criando novos enunciados. A título de exemplo, cita-se o fragmento discursivo de um pai que, ao ser indagado sobre “o que o filho entendia por um comportamento correto”, respondeu: *Eu procuro explicar o que é certo e o que é errado. Eu sou assim, e meus pais também sempre me ensinaram.* Observa-se que o processo cognitivo foi pervertido pelo locutor, alterando a organização compreensiva – responsiva, e originando a pareresposta. O pai, assim, buscou se recolocar no centro do discurso e do diálogo.

Na clínica psicopedagógica não é raro observar a ocorrência de processos que podem ser interpretados como resultante de disputas edípicas, classicamente referidas na obra freudiana, ou, ainda, de processos em que o discurso do pai aponta para a transgressão, como uma lógica perversa e expressiva de sua própria organização. Nesse caso, o investimento narcísico de base auto erótica prevaleceria sobre o desejo de avançar na constituição de sua identidade, através do exercício da função paterna. Esse suposto, de sustentação lacaniana, poderia explicar os atos discursivos desviantes verificados.

É relevante pontuar que o desvio enunciativo, aparentemente intencional, não tendia a ocorrer em momentos do discurso no qual aspectos menos conflitivos eram tratados, aspecto verificado também com outros sujeitos/familiares. Esse dado pode indicar que o fenômeno pode ocorrer também, sob forma de negação, forma de fuga de temáticas desconfortáveis, de defesa contra o mal estar causado pela necessidade de uma resposta direta a uma pergunta constrangedora, ou como estratégia de gozo transgressor, dentre outras possibilidades, e, nesse caso, pode acometer a maioria das pessoas em situações eventuais.



Mas o fenômeno forma caracterizada como alteração/transtorno, se caracteriza pela constante hipoacusia (escuta reduzida) para o sentido da fala do outro, gerando uma deformação habitual no padrão de comunicação dos sujeitos, em qualquer das formas de linguagem (oral, escrita, mímica).

Uma referência diferencial necessária é relacionada aos Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Nesse quadro, a desatenção assume uma importância crucial, e envolve, dentre outros aspectos, o conjunto de articulações mentais do sujeitos acometidos. No TDAH, a dificuldade de observação e reconhecimento de detalhes é percebida desde muito cedo, e a incidência de erros por omissões causadas pela perda do foco inicial se manifesta, geralmente, ainda na infância. Além disso, a prevalência do transtorno gira em torno de 3% a 4% da população, enquanto que o fenômeno da negligência enunciativa ocorre em percentuais que tendem a exceder 50% dos sujeitos observados.

No que tange à dimensão interventiva, cabe destacar os êxitos alcançados com práticas que adotam estratégia de compreensão analítica de textos produzidos pelos próprios sujeitos. As dificuldades encontradas quando realizadas práticas tradicionais de ensino de interpretação textual, provavelmente derivem da própria “hipoacusia”, base da negligência. Assim, os sujeitos tendem a escutar melhor a si próprios, observando e corrigindo a interpretação de enunciados, e potencializando a capacidade comunicativa.

### **Referências**

- Bakhtin, M. (1992). *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes.
- Bauman, Z. (2004) *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Capovilla, A.; Capovilla, F, (2000). *Problemas de Leitura e Escrita*. 2º Ed. São Paulo: Memnon
- Dalgalarrodo, P. (2008). *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Armed.
- Guy, Debord. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Lipovetsky, G. (1988). *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D.´água.
- Moreira, D. A. (2002). *Analfabetismo Funcional*. Cengage Learning
- Rouet, Jean-François et al. (1996). *Hypertext and cognition*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Santos, M. M. C. (2002). *Texto Didático: Propriedades Textuais e Pressupostos Epistemológicos*. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, v. 1. 281 p.
- Winnicott, D. (1989). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes